TERMO DE PARCERIA

SMC/NÚCLEO DE INCENTIVO À CULTURA

Eu	, CNPJ n	° , CCM
nº, do	,CNPJ n ravante denominado PROPOI	NENTE, e o Município de São
	icipal de Cultura (SMC), repr	
Gabinete, firmam este terme	o de responsabilidade de exc	ecução de projeto, conforme
Edital PROMAC 2025 e	despacho proferido no P	rocesso Administrativo n°
6025.2025/XXXXXXXX, public	cado no D.O.C. de XX/XX/XXX	X.
CLÁUSULA 1: Valor e Conte	údo do Projeto	
1. O PROPONENTE recebe	u, até a assinatura deste To	ermo, do(s) incentivador(es)
listados:	a, ato a accinatara accio i	3e, ae(e)eearaae.(ee)
notados.		
Razão Social	CNPJ	Valor recebido*
*até a data de assinatura des	ste termo	
O valor total de R\$	(), superior a
35% do valor solicitado a	o PROMAC, destina-se à ex	kecução do projeto cultural
	", ISP	
Oficial da Cidade em/_		<u> </u>
-		
CLÁUSULA 2: Responsabilio	dades Gerais do PROPONENT	Έ
	lusivamente na execução do _l	
plano de divulgação e crono	grama aprovados, sob pena o	de responsabilização;
2.2 Manter conta hancária	a exclusiva para o projeto,	Agência / Conta
;	a exclusiva para o projeto,	Agencia / Conta
,		
2.3. Devolver saldo não util	izado ao FEPAC (Banco do E	Brasil, agência 1897-X, conta
9012-3), enviando o comp	provante imediatamente para	a a equipe técnica para a
conciliação bancária junto à	Fazenda Municipal;	
	ao Núcleo de Incentivo à Cul	
etetue repasse integral até d	ezembro, esclarecendo se iss	so compromete o projeto:

2.5. Manter cadastro atualizado junto ao Núcleo de Incentivo à Cultura até decisão

sobre a regularidade da prestação de contas;

- 2.6. Apresentar o produto cultural no Município e exibir logomarcas da Secretaria Municipal de Cultura de acordo com Manual de Identidade Visual;
- 2.7. Autoriza o Município a utilizar e exibir livremente os produtos culturais;
- 2.8. Movimentar recursos apenas após a publicação da Autorização de Movimentação de Recursos.

CLÁUSULA 3: Alterações no Projeto

- 3.1. O conteúdo cultural aprovado não pode ser alterado;
- 3.2. Outras alterações exigem autorização prévia da Comissão Julgadora de Projetos;
- 3.3 Pedidos de alteração não serão aceitos após notificação do Núcleo de Incentivo à Cultura sobre o cumprimento de prazos ou providências.

CLÁUSULA 4: Prestação de Contas

- 4.1. Deverá prestar contas em conformidade com os normativos da portaria de prestação de contas vigente, abrangendo dois aspectos:
 - a) a comprovação da realização do objeto cultural;
 - b) a prestação de contas contábil.

CLÁUSULA 5: Análise da Prestação de Contas

- 5.1 O Núcleo de Incentivo à Cultura e a Comissão Julgadora avaliarão a prestação de contas, podendo aprová-la ou rejeitá-la;
- 5.2 Projetos integralmente realizados e com despesas regulares terão suas contas aprovadas;
- 5.3 Descumprimentos, ausência de prestação de contas ou irregularidades levarão à glosas de despesas, rejeição das contas e aplicação de sanções.

CLÁUSULA 6: Inexecução ou Execução Irregular do Termo de Parceria

- 6.1. O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo ou decorrentes do Edital que lhe deu origem sujeitará o PROPONENTE a responder civil, penal e administrativamente, e também o sujeitará às seguintes penalidades:
- a. Suspensão da análise e arquivamento de outros projetos que estejam em tramitação na Comissão Julgadora de Projetos;
- b. Comunicação do fato à Secretaria Municipal da Fazenda e à Procuradoria Geral do Município;

- c. Devolução integral ou parcial dos recursos, conforme decisão da Secretaria Municipal de Cultura;
- d. Inscrição no Cadastro Informativo Municipal CADIN Municipal;
- e. Instauração de processo perante o Tribunal de Contas do Município de São Paulo;
- f. Impedimento de apresentar novo projeto por um período de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das sanções criminais e cíveis cabíveis.

CLÁUSULA 7: Recursos

- 7.1. Em caso de despacho que rejeitar a prestação de contas, aplicar penalidades ou determinar o recolhimento de qualquer valor, será permitido recurso ao Núcleo de Incentivo à Cultura, no prazo improrrogável de quinze dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à publicação no D.O.C. O recurso poderá ser enviado para o e-mail prestacaocontaspromac@prefeitura.sp.gov.br;
- 7.2. Caso seja interposto recurso, o órgão que emitiu o parecer que fundamentou a decisão (Núcleo de Incentivo à Cultura ou Comissão Julgadora de Projetos) deverá se manifestar sobre o conteúdo do apelo e encaminhá-lo para reapreciação do(a) Secretário(a) Municipal de Cultura, que poderá revisar a decisão;
- 7.3 A decisão do recurso mencionado na cláusula 10.1 será definitiva, encerrando a instância administrativa.

CLÁUSULA 8: RESPONSABILIDADE PELOS ENCARGOS FISCAIS

8.1 O PROPONENTE é responsável pelos encargos fiscais, tributários, trabalhistas e previdenciários, além de danos causados ao MUNICÍPIO e a terceiros por imperícia, imprudência ou negligência suas ou de seus auxiliares, contratados ou ajudantes, bem como pelos pagamentos de seguros. O MUNICÍPIO fica isento de quaisquer ônus ou reivindicações, em juízo ou fora dele, relacionados à execução do Projeto.

CLÁUSULA 9: DOS DIREITOS AUTORAIS E DO USO DE IMAGEM

9.1 O PROPONENTE é responsável por qualquer ação ou omissão relacionada à titularidade dos direitos autorais do Projeto, aos trabalhos de terceiros eventualmente utilizados e ao uso da imagem dos envolvidos, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA 10: Disposições Finais

- 10.1 O PROPONENTE reconhece que todos os valores devidos e não recolhidos ao FEPAC serão cobrados judicialmente, com a aplicação dos consectários legais, verbas sucumbenciais e honorários advocatícios de 20% sobre o total;
- 10.2 Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, especificamente o juízo da Fazenda Pública, para resolver eventuais controvérsias decorrentes deste termo, com renúncia a outros foros privilegiados.

-	acordo, cientes das obrigações assumidas e das eservância, assinam o presente instrumento, obrigando-se es.
São Paulo, de	de
Secre	taria Municipal de Cultura e Economia Criativa
	Proponente